

Debate na Assembleia Municipal do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2009

Centro Cultural de Cascais, 29 de Dezembro de 2008

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Cascais

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2009 hoje submetidos a esta Assembleia Municipal traduzem a continuidade de uma política orçamental coerente e prudente que vem sendo desenvolvida pela Câmara Municipal a que presido e encerram perspectivas optimistas quanto aos investimentos e acções previstas, graças aos bons resultados alcançados com a execução dos orçamentos dos anos precedentes e apesar da conjuntura económica preocupantemente negativa que se instalou e adivinha que prossiga pelo menos para o ano seguinte.

Permitam-me que nesta intervenção não entre em detalhes sobre os documentos em apreço pois a Comissão competente desta Assembleia teve a oportunidade de ouvir uma apresentação exaustiva do Vereador do Pelouro, tendo então sido formulados pelos Deputados municipais os pedidos de esclarecimento que entenderam pertinentes. Obviamente que no debate que se segue estaremos à vossa disposição para clarificar e aprofundar todas as questões que nos queiram submeter.

O Orçamento para 2009 continua a privilegiar os objectivos genéricos prosseguidos no âmbito da gestão financeira:

- Controlo do equilíbrio orçamental;
- Controlo dos compromissos a transitar;
- Aumento da poupança corrente;
- Aumento do investimento.

Assim, o orçamento para 2009, no valor total de €234 milhões, supera o orçamento do ano transacto em cerca de €40 milhões.

As Grandes Opções do Plano para 2009 permitem implementar projectos no valor de €174 milhões (75% do total do orçamento), em que os investimentos representam €78 milhões, ou seja 1/3 daquele total, os encargos com Despesa com Pessoal representam €35 milhões (15% do total do orçamento) e as Despesas Gerais atingem €24 milhões (10% do total do orçamento).

Provavelmente constituirá pelo menos motivo de surpresa e porventura de contestação, o significativo aumento do valor global do orçamento, tendo especialmente em conta a situação depressiva que atravessa o País em geral e as actividades económicas em particular.

Esta aparente contradição é possível, à partida, em consequência dos bons resultados obtidos na execução do orçamento de 2008 e de uma política de rigor consubstanciada num controlo apertado das Despesa com Pessoal e na continuada redução das Despesas Gerais do Município, no seguimento das orientações políticas que a Câmara assumiu sob a minha liderança e que o Vereador do Pelouro, Dr. Pedro Caldeira Santos, desenvolveu com manifesta eficácia, sempre muito bem apoiado pela competente equipa do Departamento de Gestão Financeira, dirigido pela Dr.^a Cláudia Ferreira.

Assim, no caso das Despesas com Pessoal, o montante global estabilizou desde 2007 nos €34 a 35 milhões, só que, naquele ano e no seguinte, representavam apenas cerca de 20% do total do orçamento, enquanto que, para o próximo ano, como se referiu, apenas absorvem 15% do total correspondente.

Quanto às Despesas Gerais, o montante global também estabilizou em valores absolutos em 2007 e 2008 nos €29 a 30 milhões, representando, respectivamente, cerca de 19% e 16% do total do orçamento, enquanto que, para o próximo ano se prevê uma redução para €24 milhões absorvendo apenas 10% do total correspondente.

Por outro lado, importa sublinhar que tudo indica que a Câmara registará no final do exercício deste ano um saldo de gerência da ordem dos €20 a 30 milhões fruto não apenas da prudência imposta à gestão financeira, mas essencialmente pelas dificuldades inerentes à execução de certos investimentos, no essencial no âmbito da requalificação da rede viária e por motivo da morosidade burocrática dos processos de expropriação ainda em curso.

Neste contexto e apesar de ser possível, apesar de indesejável, um comportamento ainda mais desfavorável das receitas municipais, fruto designadamente do agravamento da crise económica, a Câmara Municipal de Cascais dispõe de uma “almofada” confortável para enfrentar tais situações.

Não esquecemos porém as “surpresas” que o Governo nos pode reservar nesta matéria por duas vias:

- a primeira, transferindo unilateralmente para os Municípios novas responsabilidades sem a correspondente contrapartida financeira, o que, sendo ilegal, não seria inédito;
- a segunda, procedendo à redução das taxas de impostos municipais sem o acordo prévio das Câmaras, numa atitude de grande generosidade para com os contribuintes, à custa dos dinheiros alheios, numa atitude de lamentável desrespeito pela autonomia do Poder Local, conceito que muito apregoa mas pouco ou nada pratica.

É também altura de recordar o verdadeiro escândalo que representa o considerável atraso com que o Governo paga as dívidas às autarquias em geral e a Cascais em particular (e creio que somos mesmo um caso particular e muito difícil ou mesmo impossível de explicar).

De facto, considerando as dívidas assumidas pelo Governo à Câmara, à ESUC e à ex-JTCE, somos credores em mais de €12 milhões, valor este que não sabemos hoje se e quando tenciona pagar. Sabemos sim que o Governo continua a anunciar programas diversos de amortização das dívidas que assumiu e não honrou, mas sempre se tem esquecido de incluir as Câmaras Municipais no leque dos beneficiários.

O que sabemos também é que tal dívida tende a aumentar pelo facto de estarem em curso projectos assumidos pela Câmara mas da responsabilidade financeira total ou parcial do Governo.

Este assunto ou será resolvido pelo Governo proximamente na sequência de contactos já solicitados ou conhecerá desenvolvimentos que eficazmente defendam os interesses do Município de Cascais, sendo certo que o pagamento destas dívidas iria repercutir-se em todo o País na animação das actividades económicas, pois grande parte dos dinheiros em causa seriam canalizados para as empresa credoras dos municípios.

Perante todas as incertezas e apesar da “folga” de tesouraria a que me referi, é nosso propósito reforçar o controlo continuado e muito “apertado” da execução orçamental (recordo que estamos a distribuir a 15 de cada mês o relatório dos resultados referentes ao mês precedente, procedimento inédito em Cascais e muito pouco usual na generalidade das instituições), em ordem a rectificarmos, mês a mês, os valores das receitas previstas e, sempre que se justifique, por força da eventual redução destas, a procedermos aos correspondentes ajustamentos nas Grandes Opções do Plano.

Para tanto, alguns dos investimentos menos urgentes não serão assumidos de imediato no início do ano de 2009, na dúvida sobre qual será o comportamento das receitas municipais.

Nesta postura de manter os dados inicialmente equacionados, até fomos mais prudentes do que o próprio Governo, já que o Senhor Ministro das Finanças, não dispendo de qualquer “folga” orçamental e tendo publicamente admitido que alguns dos dados e previsões essenciais estariam já desactualizados face à deterioração dos indicadores económicos, entende não rectificar neste momento o Orçamento do Estado.

Em relação aos Objectivos Estratégicos da Câmara Municipal de Cascais para 2009 – documento já distribuído a esta Assembleia - em sintonia e tendo como principal objectivo a concretização do programa da coligação “Viva Cascais”, mantêm-se em termos genéricos como prioritários o desenvolvimento sustentado do Concelho bem como o progressivo aumento da qualidade de vida dos Municípes.

As GOP que vos são submetidas permitem dar continuidade aos diversos programas que vêm sendo promovidos pela Câmara Municipal, designadamente no âmbito da acção social, educação e cultura, ambiente, desporto e espaço público.

Vou abster-me de descrever o conjunto impressionante de programas e obras previstas nas GOP, pois constam detalhadamente do referido documento sobre os Objectivos Estratégicos para 2009.

Cumpre-me, no entanto, enfatizar que a Câmara Municipal de Cascais não esperou pelo orçamento de 2009 para se preparar e começar a intervir em ordem a prevenir possíveis situações de emergência social decorrentes de um contexto de crise económica e social que se poderá agravar.

De facto, e por opção política, a prioridade das prioridades consiste, naturalmente, em criar condições de apoio aos mais desfavorecidos ou em situação de carência e num contexto ainda pautado pela incerteza relativamente a todas as consequências de uma crise que sabemos agora ser durável e de impacto significativo.

Se a Câmara não esperou pelo Orçamento de 2009 para se preparar para a crise, também não esperou pelo apoio do Governo que, ao contrário do que seria desejável, não aumentou um cêntimo o valor das transferências para as Autarquias Locais que, pelo seu maior grau de proximidade com os munícipes e o tecido empresarial, estão em condições mais favoráveis para gerir a aplicação das verbas extraordinárias que possam vir a ser alocadas a situações de emergência social. Precisamente o contrário do que foi feito pelo Governo de Espanha, que conta com o Poder Local e nele delega grande parte dos apoios financeiros para a implementação dos programas de combate à crise.

Neste quadro veio a Associação Nacional de Municípios recomendar a adopção de medidas para apoiar situações de emergência social, aconselhando mesmo as Autarquias a “fazer menos obras em ordem a aumentar os apoios sociais”. Esta questão parece-nos mal colocada e não se aplica no nosso Concelho - consideramos perigoso o apelo ao desinvestimento municipal, que provoca a contracção das actividades económicas e consequentemente é potenciador do desemprego. De facto são essenciais as obras municipais de construção de equipamentos sociais e escolares, de melhoria das acessibilidades, de requalificação do espaço público, de salvaguarda do património, tudo aquilo que, enfim, contribui para continuar a responder com qualidade às necessidades básicas da população, para a elevação sustentada da qualidade de vida dos munícipes e para a manutenção e para o crescimento do turismo de qualidade.

É por isso que, a par das preocupações sociais, de natureza prioritária, este orçamento mantém a tónica no investimento em criação de infra-estruturas e equipamentos, em cumprimento do Programa sufragado pela maioria dos eleitores no início deste mandato.

Termino desejando a todos as mesmas felicidades e sucessos pessoais para 2009 que desejo a todos os munícipes de Cascais.